

Caso deve chegar ao STF, diz advogado

« JUDICIALIZAÇÃO » Famílias esperam reverter resultado de julgamento no STF e mantêm mobilização em torno do caso. Impacto mais imediato deverá ser sentido em tratamentos de saúde obtidos por liminar

O advogado Bruno Henrique é pai de Pedro Henrique, de 4 anos, que tem Transtorno do Espectro Autista (TEA). Há dois anos, Pedro trata distúrbios neurológicos para desenvolver a capacidade de interação social. Bruno conta que a mudança no rol da ANS não deve afetar o filho porque há um acordo judicial homologado com a operadora de plano de saúde. Mesmo assim, ele conta que se soma ao movimento para amplificar os protestos contra o rol taxativo.

“O caso vai chegar ao Supremo Tribunal Federal, inclusive existe uma Ação de Inconstitucionalidade já com o ministro Barroso para discutir a lei que fala da taxatividade do rol e a gente está fazendo algumas movimentações políticas. O País inteiro está mobilizado. Eu faço parte de alguns grupos de mobilização nacional e estão mobilizando os representantes federais, deputados e senadores, porque essa é uma temática que conseguiu unir todo mundo, da oposição à situação. A esperança da gente é que seja apresentada um projeto de lei dizendo que o rol da ANS é algo exemplificativo”, diz o advogado.

O rol taxativo da ANS também deve afetar os procedimentos em curso que foram obtidos por meio de uma liminar, afirma Henrique. “Quem tem sentença com trânsito em julgado, ou seja, julgamento em definitivo, não há de se falar em perder tratamento. Para aqueles que estão apenas com liminares, não só podem, como devem acontecer algumas revisões em algumas decisões. Não todas porque alguns magistrados irão



Bruno Henrique é pai de um menino que tem Transtorno do Espectro Autista. Famílias pretendem mobilizar o Legislativo

“Tenho certeza que os planos vão entrar com petições pedindo reconsiderações”

BRUNO HENRIQUE
Advogado

manter, mas tenho certeza que os planos vão entrar com petições pedindo reconsiderações. Como liminar é uma decisão provisória, corre-se esse risco, infelizmente”, comenta.

O tema ganhou os holofotes de todo o País devido a relevância dos impactos, analisa Renato Dumaresq, presidente da Comissão de Saúde da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RN). O especialista em direito médico diz que a decisão do STJ tem efeito até para quem não possui plano de saúde porque, com as

recusas na rede privada, os beneficiários passarão a procurar mais o serviço público, o que deve “inchar” o SUS.

“[A decisão] vem sendo justificativa para negativa em vários tipos de coisa, tratamento de câncer, ortopédico, uma cirurgia de coluna, por exemplo, tem um transplante de aorta que custa R\$ 200 mil. Tudo que for caro é motivo para uma negativa. A judicialização é um modelo de negócio do plano de saúde. Os planos argumentam que a judicialização quebra a previsão orça-

mentária, mas isso não é verdade. De cada dez pessoas que têm procedimentos negados, apenas uma judicializa. As outras nove ficam sem tratamento ou vão para o SUS ou pagam”, explica Dumaresq.

“Quem me disse essa informação foi uma advogada de um plano de saúde. Quem está dentro sabe. Uma cirurgia de transplante de aorta, que custa R\$ 200 mil, que é uma cirurgia muito pedida, aí dez pessoas, por exemplo, precisam dessa cirurgia. O plano nega para as dez,

uma entra com a ação, a Justiça diz para o plano pagar e pagar os danos morais, que são R\$ 5 mil. No fim das contas, o plano pagou R\$ 205 mil e economizou R\$ 1,8 milhão com as outras nove pessoas que aceitaram a recusa e não judicializaram o caso”, acrescenta o presidente da Comissão de Saúde da OAB/RN.

Renato Dumaresq explica que a decisão do STJ pelo rol taxativo não tem caráter vinculante, ou seja, os tribunais não são “forçados” a seguir o mesmo entendimento. “Num primeiro momento, a judicialização vai diminuir porque as pessoas ficam sabendo que as chances de ter sucesso na ação diminuem, os tribunais vão começar a negar mais porque muitos juízes querem seguir o posicionamento do STJ”. No entanto, ressalta Dumaresq, as judicializações devem continuar acontecendo, com o diferencial de que as famílias precisarão ir “mais preparadas”.

“A judicialização não vai parar de jeito nenhum, o que vai precisar mudar é a qualidade da judicialização, vai ser preciso fazer todo o dever de casa antes de levar o caso à Justiça, mostrar para o juiz que aquele tratamento não é um tratamento absurdo, caríssimo por si só. É preciso mostrar que o tratamento tem um alto custo pelo fato de ter uma tecnologia de alto custo e uma eficiência que gera aquela necessidade. Ninguém pede uma cirurgia avançada porque acha bonito não, ninguém procura essas terapias desgastantes porque acha legal, e sim por necessidade”, diz Dumaresq.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN
Santa Cruz

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022

O Município de Santa Cruz/RN, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público que promoverá em **01 de julho de 2022, às 10h30min**, na sede da Prefeitura Municipal, à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, a Licitação – TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022, objetivando a **contratação dos serviços de engenharia para execução das obras de construção do Canal de Drenagem do Açude Santa Rita, no Município de Santa Cruz/RN.** O Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura, à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, no horário das 08h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira ou no site www.santacruz.rn.gov.br – Portal de Transparência – Licitações ou através do e-mail licitacoes@santacruz.rn.gov.br. Ressalte-se que a sessão pública será processada mediante a utilização de normas e medidas de segurança preventivas visando o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (covid-19), no âmbito do Município de Santa Cruz/RN, mantendo-se a distância mínima de um metro e meio entre as pessoas presentes, como também utilizando-se o álcool em gel para fins de higienização dos participantes. Caso o licitante opte em se fazer presente na sessão pública, DEVERÁ estar portando máscara para seu uso pessoal; não estar em quarentena determinada pelos Órgãos de Saúde Estadual e/ou Municipal; e obedecer ao distanciamento recomendado.

Santa Cruz/RN, em 13 de junho de 2022
A Comissão

CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO ESPECIAL
SRM SOCIEDADE RIOGRANDENSE DE MOAGEM S.A., 05.587.143/0001-65, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – Idema a *Autorização Especial*, com prazo de validade até **31 de maio de 2024**, em favor do empreendimento de um **canteiro de obras em apoio à implantação de uma fábrica de cimento**, localizado no **Sítio Riacho das Areias I, Zona Rural, Currais Novos/RN.**
Fábio Magno Gomes da Silva
Gerente de Projetos

SOMIX CONCRETO LTDA CNPJ:35.273.697/0001-59 torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a Renovação da Licença simplificada Nº 2020-150479/TEC/RLS-0204, com prazo de validade até 10/09/2026 em favor do empreendimento usina de preparação de concreto, localizada Av. Bel Tomaz Landim, nº 2.000, Jardim Leblon, São Gonçalo do Amarante/RN.
Nome do Representante Legal
Função João Bosco de Carvalho Mol - Diretor

PETROBRAS MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA **PÁTRIA AMADA BRASIL** GOVERNO FEDERAL

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

A Petróleo Brasileiro S.A. UN-RNCE, CNPJ 33.000.167/1049-00, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA:

Renovação de Licença de Operação para o poço 7MAG0033RN, situado no campo de produção Monte Alegre, município de Pendências, RN.

Renovação de Licença de Operação para o poço 7FP0300RN, situado no campo de produção Fazenda Pocinhos, município de Pendências, RN.

Renovação de Licença de Operação para os poços 7ET1108RN; 7ET1158RN; 7ET1199RN; 7ET1097RN; 7ET1168RN; 7ET1175RN; 7ET1088RN; 7ET1178DRN; 7ET1177DRN; 7ET1176DRN; 7ET1101DRN; 7ET1173DRN; 7ET1100DRN; 7ET1091DRN; 7ET1099DRN; 7ET1062DRN; 7ET1182DRN; 7ET1119DRN; 7ET1121DRN; situado no campo de produção Estreito, município de Assú, RN.

Renovação de Licença de Operação para linhas de urgência dos poços 7ET1088RN; 7ET1178DRN; 7ET1176DRN; 7ET1101DRN; 7ET1100DRN; 7ET1099DRN; 7ET1062DRN; 7ET1119DRN; 7ET1121DRN; 7ET1158RN; 7ET1199RN; 7ET1168RN; 7ET1177DRN; 7ET1173DRN; 7ET1091DRN; 7ET1182DRN; 7ET1108RN; 7ET1097RN; 7ET1175RN; tendo todas como destino a Estação ET-H, situadas no campo de produção Estreito, município de Assú, RN.

Renovação de Licença de Operação para acessos dos poços 7GMR0092RN medindo 56,68m; 7GMR0093RN com 69,57m; 7GMR0094RN com 53,91m; 7GMR0096RN com 65,67m; 7GMR0099RN com 101,34m; 7GMR0101RN com 56,01m; 7GMR0102RN com 53,35m; 7GMR0104RN com 94,30m; 7GMR0105RN com 56,08m; 7GMR0106RN com 95,67m; situados no campo de produção Guararé, município de Guararé, RN.

Renovação de Licença de Operação para linhas de urgência dos poços 7GMR0098RN; 7GMR0099RN; 7GMR0092RN; 7GMR0096RN; 7GMR0097RN; 7GMR0101RN; 7GMR0103RN; 7GMR0105RN; 7GMR0102RN; 7GMR0093RN; 7GMR0094RN; 7GMR0104RN; 7GMR0106RN; todas com destino a EC-GMR-A, situadas no campo de produção Guararé, município de Guararé, RN.

Renovação de Licença de Operação para o poço 7GMR0079RN; situado no campo de produção Guararé, município de Macau, RN.

Renovação de Licença de Operação para linha de urgência do poço 7SE0061RN com 1.709,83m, com produção escoada para EC-SE-A, situada no campo de produção Serraria, município de Serra do Mel, RN.

Renovação de Licença de Operação para o poço 7SE0061RN; situado no campo de produção Serraria, município de Serra do Mel, RN.

JOSE HARLEN ALBINO DANTAS
Gerente Geral da UN-RNCE

Tudo começa com um sim!

39% das mães com filhos pequenos perderam o emprego durante a pandemia. Doe agora para a LBV e ajude a manter as crianças na sala de aula.

Diga Sim à LBV!
pix@lbv.org.br

*Fonte: Famivita

Apoio: **TRIBUNA DO NORTE** **LBV** 72 ANOS

Diga Sim!